

ELEMENTOS PARA O DEBATE SOBRE AS NOVAS DIRETRIZES DO ENSINO DE 2º GRAU*

Ana Lúcia França Magalhães**

Nota Explicativa

Os elementos que desejamos trazer à discussão, com certeza, já são do domínio do grupo, contudo, a intenção é colocar, mais uma vez, em debate pontos fundamentais que precisam ser assegurados na Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Estes elementos foram levantados no sistema educacional da Bahia, e trazer ao debate situações concretas do ensino de 2.º grau é propor aspectos da realidade que possam fortalecer e subsidiar a indicação de novas diretrizes para esse grau de ensino.

Na tentativa de perceber melhor as principais questões relacionadas ao ensino de 2º grau, participamos, como representante da Faculdade de Educação (FACED/UFBA), do Programa **Faz Escola Quem Vive Escola**, do Departamento de Ensino de segundo grau, da Secretaria de Educação do Estado da Bahia (DESG/SEEB).

Segundo documento da SEEB, este Programa busca enfrentar o desafio de uma redefinição para o 2º grau, envolvendo em suas

* Trabalho apresentado na XI Reunião Anual da ANPED — Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Porto Alegre-RS—25 a 29 de abril de 1988, elaborado com a colaboração das Professoras Terezinha Fróes Burnham, Marina Araújo e Mary de Andrade Arapiraca, da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia.

** Professora da Faculdade da Educação da Universidade Federal da Bahia.

ações todos os segmentos da comunidade escolar e representantes da sociedade.¹

Em sua fase inicial, o Programa **Faz Escola Quem Vive Escola** desenvolveu uma sistemática de ação, através de seminários internos nas Unidades de Ensino (UEs), encontros regionais coordenados pelas Superintendências Regionais de Educação (SUREDs), encontro estadual sob a direção do DESG. Em todas estas ações participaram docentes, alunos, funcionários, representantes da comunidade, procurando avaliar a situação atual, traçar o perfil de cada UE, indicar novas perspectivas, redefinir uma política para a educação do segundo grau.

Além de participar desse Programa, buscamos dados e informações em relatórios do DESG/SEEB, em matérias publicadas nos jornais da cidade, em reuniões e debates realizados na FACED/UFBA quando o tema em discussão era o ensino de segundo grau.²

Queremos ainda esclarecer, nesta nota introdutória, que a realização deste trabalho só foi possível pela participação efetiva dos professores, alunos, funcionários, representantes da comunidade, sobretudo dos representantes dos trabalhadores no Encontro Estadual do Programa **Faz Escola Quem Vive Escola**. Este trabalho, uma síntese daquele momento, foi, portanto, construído coletivamente.

Nosso agradecimento aos companheiros de trabalho, em especial

¹ SEEB/DESG. Encontro Estadual do Programa FAZ ESCOLA QUEM VIVE **ESCOLA**: Redefinição do 2º Grau. Programa do Evento. Bahia. 05 a 08/01/1988. Reunião Coordenada pela Doutora Terezinha Fróes Burnham que apresentou uma análise da situação do ensino de 2.º grau na Bahia. FACED/UFBA. Março, 1988.

às colegas Terezinha Fróes e Marina Araújo pela grande colaboração, possibilitando o acesso aos dados e às informações.

O ensino de 2º grau na Bahia: elementos para o debate

Não temos a intenção de apresentar um diagnóstico formal do ensino de segundo grau do Estado da Bahia, todavia, o itinerário percorrido nos permitiu identificar dificuldades e problemas que têm paralisado a escola, inviabilizando a realização de uma ação educativa democrática, acessível a todos, de boa qualidade.

Como primeiro elemento, queremos destacar o compromisso, do atual governo do Estado, de absorver a demanda educacional. Isto posto, uma estratégia de ação da SEEB viabilizou o cadastramento dos candidatos ao 2º grau. Como resultado desta ação, na capital, 1 4.000 excedentes foram cadastrados para a 1ª série do 2º grau.³

Segundo informações da SEEB, a expansão da oferta, para 1988, tinha sido estimada em 5.200*. Contudo, a partir de negociações do DESG, via convênios e aluguel de salas, no sentido de ampliar o número de vagas, haverá possibilidade de serem efetivadas matrículas para 50% dos excedentes, ficando os restantes para serem absorvidos no ano seguinte⁵.

Para efeito de discussão, passamos a indicar as hipóteses levantadas pela SEEB para explicar a explosão da demanda considerada reprimida: a) transferência de alunos de escolas particulares para escolas públicas, motivada sobretudo pela liberação do aumento

Considerando as informações disponíveis, o dado de matrícula mais a expansão estimada vamos encontrar um total de 33.754 vagas, tomando-se como dado inicial a matrícula de 1 848 (28.554 + 5.200). Isto mostra que os excedentes devem representar mais de 40% das vagas ofertadas.

⁴Jornal "A Tarde", Salvador, 06 fev. 1988.

⁵Jornal "A Tarde", Salvador, 29 mar. 1988.

de mensalidades; b) a não construção e a não implantação de escolas públicas de segundo grau, nos últimos vinte anos, em Salvador; c) egressos do segundo grau, que não conseguiram emprego em sua área de formação, tentando matrícula em outros cursos, principalmente magistério, pelas possibilidades que podem ser abertas pelos concursos públicos; d) egressos do segundo grau, não aprovados em vestibular e sem condições financeiras de ingresso em "cursinhos", buscando nova matrícula na primeira série; e) cadastramento em duas UEs temendo falta de vagas; f) matrícula motivada pela aquisição de passe-transporte ou outros motivos⁶.

Estas hipóteses explicativas da explosão de demanda chamam a atenção pela força social e política que carregam. Esta situação do excedente deixa transparecer, por um lado, o volume de candidatos a ingresso no segundo grau, e, de outro, a falta de capacidade física para absorção. Mesmo que sejam detectadas irregularidades no cadastramento da matrícula, como a própria SEEB sugeriu⁷, fica claro que há uma corrida para o segundo grau, significando que este nível de escolaridade representa, hoje, reivindicação de parcela considerável da população que, provavelmente, antes não buscava matrícula neste grau de ensino.

Esses dados mostram que o segundo grau caminha no sentido de tornar-se um nível obrigatório de escolaridade, impondo a expansão da rede física para a absorção de todos aqueles que procuram a escola pública e gratuita. A escolarização básica de doze anos está se revelando como uma necessidade para o viver na sociedade contemporânea.

A situação de incapacidade de absorção da clientela pela rede escolar, determinada sobretudo pela falta de construção de novas UEs, é agravada pela situação de precariedade em que se encon-

⁶Jornal "A Tarde", Salvador, 04 fev. 1988; 18 fev. 1988; 19 fev. 1988; 29 mar. 1988.

⁷Jornal "A Tarde", Salvador, 18 fev. 1988.

tram os prédios existentes. Notícias veiculadas pelos jornais⁸ e dados da própria SEEB dão conta do estado de calamidade da rede escolar pública: paredes e muros caídos, infiltração, rachaduras, goteiras, vidraças quebradas, sanitários interditados, redes de esgoto, hidráulica e elétrica danificadas, além do déficit de 27.000 carteiras.

Esta situação de abandono, gerada sobretudo pela falta de manutenção dos prédios e dos equipamentos, como até mesmo por atos de agressão da própria comunidade, é um dos desafios desta nova gestão.

Permanecendo ainda no campo das condições materiais de ensino, vale dizer que as escolas de segundo grau não contam com bibliotecas nem com laboratórios equipados. Os títulos geralmente são velhos e inexistente material de consumo para fazer funcionar laboratórios precários de instrumentos e de manutenção.

Como outro elemento a ser discutido, colocamos a própria oferta do ensino de segundo grau, que é marcada pela predominância dos cursos profissionalizantes, sobretudo em três modalidades: Magistério (60%), Contabilidade (20%), Administração (10%)⁹. Na categoria restante, identificada como "outros", encontra-se uma pluralidade de cursos, desde o segundo grau de formação geral, as habilitações a nível técnico e auxiliar para os vários setores da economia até as habilitações básicas.

Em síntese, são oferecidos através da rede pública, 25 cursos profissionalizantes, que assumem 41 diferentes denominações¹⁰, com uma oferta de 1 51 disciplinas específicas¹¹. Trazer estes da-

⁸Jornal "A Tarde", Salvador, 27 mar. 1988; 29 mar. 1988.

⁹SEEB. DESG. Programa FAZ ESCOLA QUEM VIVE ESCOLA. Documento Síntese de Reunião. Bahia. 09/10/1987.

Como exemplo de diferentes denominações para um mesmo curso podemos citar: 2º grau de formação geral, acadêmico, 7044, colegial, científico, básico, clássico.

Dados levantados na palestra da Doutora Terezinha Fróes Burnham Diretora do DESG/SEEB. Março/88.

dos à discussão tem por objetivo mostrar a fragmentação do ensino de segundo grau gerada pelas Leis 5.692/71 e 7.044/82 e seus respectivos atos de regulamentação, pareceres e resoluções do CFEe do CEE da Bahia.

Ainda em pauta a questão da oferta de cursos, queremos dizer que, considerando a dualidade do 2º grau, curso profissionalizante x curso propedêutico, o grande peso, como acabamos de mostrar, na rede pública, é da oferta do profissionalizante, atendendo, de certa forma, às expectativas da clientela, que vê, nesta modalidade de curso um elemento facilitador de ingresso no mercado de trabalho.

Tentando aprofundar um pouco a questão curso profissionalizante x absorção pelo mercado, queremos recolocar os dados do curso de magistério, que hoje concentra o maior volume de alunos matriculados no segundo grau (70%)¹², incluindo habilitações como: magistério do 1º grau (1ª a 4ª série), adicionais do pré-escolar, alfabetização, estudos sociais, ciências e matemática, comunicação e expressão, educação física.

Na tentativa de perceber melhor a situação colocada, procuramos relacionar o dado de matrícula do curso de magistério primeiro grau (1ª a 4ª série) e o volume de concluintes/ano com o dado relativo ao grau de formação dos professores em exercício. Considerando o ano de 1983¹³, a matrícula global do ensino de segundo grau, no início do período letivo, era de 168.940 alunos, incluindo as redes pública e particular. Neste mesmo ano, a matrícula no curso de magistério primeiro grau (1ª a 4ª série) era de 47.292 alunos, nas três séries, chegando a 10.282 o total de concluintes (3ª série), sendo 5.633 procedentes de escolas públicas.

Com esses dados, foi possível captar que, provavelmente, estão sendo lançados no mercado de trabalho, aproximadamente,

¹²Dado levantado na palestra da Doutora Terezinha Fróes Burnham Diretora do DESG/SEEB. Março/88.

¹³No SIEC/SEEB as estatísticas disponíveis eram até 1984.

10.000 professores/ano, sendo o poder público o grande agente formador. Por outro lado, este mesmo poder público mantém um quadro com mais de 20.000 professores leigos, atuando, principalmente, em escolas municipais situadas na zona rural.

Os dados de 1984 indicavam que estes professores leigos tinham uma formação a nível de primeiro grau incompleto (aproximadamente 14.000) ou primeiro grau completo (7.000).

Ainda, é possível afirmar que no Estado da Bahia existem mais de 60.000 professores desempregados¹⁴ ou subempregados e um percentual, que chega a 50,04% da população de 15 anos e mais, sem instrução e menos de 01 ano de estudo (1980)¹⁵, atingindo o analfabetismo um dos maiores índices do país.

Estes dados mostram, dentre outras questões, a inexistência de ações articuladas entre os níveis do poder público. Enquanto o nível estadual (e até mesmo o municipal) coloca no mercado um grande número de professores a cada ano, o nível municipal não parece ter como critério básico de contratação a formação escolar a nível de segundo grau.

Por outro lado, vários estudos têm mostrado que o clientelismo tem grande força neste campo, sem excluir outras questões. Esta prática representa, contudo, grandes obstáculos à democratização das oportunidades de emprego, mostrando que o mercado de trabalho dos professores passa pela organização, participação e luta coletiva dos trabalhadores da educação, através de suas associações, sindicatos e outras formas de organização. Ainda, é preciso dizer que esta luta não pode ser dissociada da luta geral do corpo de trabalhadores, para não se transformar apenas numa luta corporativista. O núcleo desta questão é a luta pela erradicação do

Dado levantado na fala da Professora Gerocine Aguiar, Representante do PT Regional em sua participação na mesa-redonda — Que Ensino do 2º Grau Interessa aos Trabalhadores? Encontro Estadual do Programa FAZ ESCOLA QUEM VIVE ESCOLA. Bahia. 05 a 08/01/88.

¹⁵ATLAS da educação. Rio de Janeiro, MEC/SEPS, FAE, 1985.

analfabetismo; pela extensão dos mais altos níveis de escolaridade a todos os brasileiros; pela obrigatoriedade de realização de concursos públicos para acesso ao magistério, em todos os níveis.

Passando a abordar a questão dos professores no ensino de segundo grau, notamos que a situação não é diferente. Neste nível também encontramos o professor leigo, com formação apenas a nível de primeiro grau (25) ou de 2º grau (5.045) e ainda professores com curso superior, porém não licenciados (1984)¹⁶. A estes dados podemos acrescentar outro que diz respeito aos professores que ensinam disciplinas de formação profissional. Segundo dados do DESG/SEEB são mais de 5.000 professores leigos¹⁷.

Considere-se, ainda, com relação ao professor, a denúncia relativa à sua resistência ao trabalho na sala de aula, ao seu despreparo a nível científico, técnico, pedagógico e político, à baixa qualidade do ensino oferecido a nível teórico como prático.

Por outro lado, os professores denunciam as péssimas condições de trabalho, a falta de tempo para estudo e atualização, a impossibilidade de afastamento para a realização de cursos de longa duração, até mesmo a complementação pedagógica, os baixos salários impondo jornadas de trabalho de até 60 horas semanais.¹⁸

Ainda, outras questões poderiam ser apontadas¹⁹, porém, dada a limitação de tempo elegemos essas como fundamentais ao debate, sublinhando a convergência destas questões para um único ponto: o limite dos recursos financeiros.

Estatístico educacional; estado da Bahia. Anuário Cidade do Salvador, 1984. Bahia, SEEB, SIEB, 1985.

Dado levantado na palestra da Doutora Terezinha Fróes Burnham. UFBA/FACED. Março, 1988.

Com relação a este item é importante destacar a luta dos Professores pela implantação do novo plano de cargos e salários.

Não foram apresentados dados com relação a outros cursos, além do Magistério do 1º grau, pela dificuldade de localização, principalmente considerando o tempo para realização deste trabalho e a falta de recursos para viabilizar outras formas de ação.

Sendo o segundo grau um nível não obrigatório de escolaridade, não conta com recursos específicos, dependendo, portanto, da parcela que lhe é destinada no orçamento do Tesouro do Estado. Segundo a Diretora do DESG/SEEB, a limitação de recursos para 1 988 é tão grave que se delinea um quadro de insolvência, caso não sejam levantados outros, fora da fonte orçamentária, principalmente recursos de capital para fazer face à ampliação da rede, segundo plano da SEEB, como a construção de 1 2 UEs - 3 em Salvador e 9 no Interior, além de 3 Escolas Agrotécnicas e 6 de outras habilitações.

Tendo apresentado os problemas mais graves que afetam o ensino de segundo grau no Estado da Bahia, passamos a mostrar o caminho encontrado pela DESG/SEEB para a redefinição deste grau de ensino, o Programa **Faz Escola Quem Vive Escola**.

A redefinição do ensino de 2º grau na Bahia

Aqui, nosso registro corre por conta dos elementos levantados no Encontro Estadual do Programa **Faz Escola Quem Vive Escola**²⁰, cujos objetivos vale registrar:

- envolver profissionais, estudantes e comunidade na redefinição de política da educação do segundo grau;
- prover a comunicação e o debate da situação deste grau de ensino nas diferentes SUREDs;
- elaborar documento contendo indicações de diretrizes para redefinição do segundo grau no Estado da Bahia²¹.

Participantes do Encontro Estadual: alunos (28), representantes da comunidade (12), professores (84), diretores (26), superintendentes (15), técnicos das SUREDs (27), técnicos, assessores, representantes do DESG (43), especialistas em educação (36), coordenador estadual de educação (01), representante da SA/SEEB (01), expositores e coordenadores de mesas/debates (20), grupo organizador do evento (08). Local: ICEIA, Salvador/BA. 05 a 08 de janeiro de 1988.

²¹ SEEB. DESG. Programa do Encontro Estadual - FAZ ESCOLA QUEM VIVE ESCOLA: Redefinição do 2.º Grau. Bahia. 05 a 08/01/1988.

Elegemos como elemento de destaque as indicações de diretrizes apontadas para a redefinição do 2º grau por professores, diretores, superintendentes, alunos, representantes da comunidade, como também as questões levantadas na mesa-redonda sobre **Que ensino de segundo grau interessa aos trabalhadores?**

Assim, dividimos a apresentação deste item em duas partes: A voz da escola e da comunidade e a voz dos trabalhadores.

A voz da escola e da comunidade

Na organização dos dados, procuramos agrupar as indicações de professores, diretores e superintendentes, portanto, dos trabalhadores da educação, num só bloco, acrescido de outros dois, o dos alunos e dos representantes da comunidade.

Bloco I — Professores, Diretores, Superintendentes

Redefinição do Segundo Grau — A Voz dos Educadores

Questões básicas:

- defesa da escola pública, gratuita e democrática;
- defesa da escola pública aberta à comunidade;
- integração de ações da escola de segundo grau com a comunidade, universidade e empresas;
- luta pela melhoria da qualidade de ensino na escola pública;
- revisão da prática política-pedagógica, criando condições para o aluno adquirir conhecimentos a partir de sua realidade.

Diretrizes gerais:

- definição de recursos específicos, estaduais e federais para o ensino de segundo grau, de forma a permitir a ampliação da rede, funcionamento e manutenção das escolas;
- racionalização da oferta de cursos do segundo grau por regiões do Estado;

- fortalecimento da educação geral visando a formação do cidadão-crítico;
- educação para o trabalho na ótica da classe trabalhadora;
- fortalecimento dos cursos de formação de professores;
- redefinição dos cursos noturnos de segundo grau;
- revisão curricular, objetivando a unificação de grades, considerando as discussões realizadas nas escolas, excluindo disciplinas e incluindo outras, tais como: Filosofia e Sociologia;
- revisão dos estágios das diferentes habilitações;
- estabelecimento de um sistema de avaliação e promoção (critérios);
- revitalização dos Centros Integrados de Educação e das Escolas Agrotécnicas;
- realização de concursos públicos para contratação de professores;
- habilitação dos professores leigos, dos não licenciados e atualização permanente dos licenciados e do corpo técnico pedagógico;
- provimento de condições para o trabalho docente como criação de bibliotecas e laboratórios equipados que atendam à especificidade dos cursos;
- realização de eleições para a escolha de dirigentes.

Fonte: SEEB, DESG. Relatório Preliminar do Encontro **Faz Escola Quem Vive Escola**: Bahia. 05 a 08/01/1988.

Bloco II — Alunos

Redefinição do Segundo Grau — A Voz dos Alunos

Questões básicas:

- luta por uma nova escola pública, democrática, progressista, científica, unitária, com professores competentes;
- luta pela utilização das verbas públicas apenas em escolas públicas;
- democratização e desburocratização da SEEB;

- luta por um ensino de boa qualidade tanto profissionalizante quanto científico.

Diretrizes gerais²²:

- criação de um órgão estudantil de apoio aos estudantes no interior do Estado (exemplo: Casa da Juventude);
- criação de um fórum de debates com o Congresso Baiano de Educação que conte com a participação de professores, estudantes, técnicos de educação e comunidade;
- reformulação do CFE;
- tratamento especial aos cursos noturnos de segundo grau;
- verificação das grades curriculares com inclusão de disciplinas tais como: Filosofia, Sociologia, Ecologia, Cooperativismo, Educação Sexual;
- garantia de estágios a todos os alunos de cursos profissionalizantes;
- criação de salas-ambientes e de bibliotecas e construção de alojamentos;
- diversificação do calendário escolar com base ao calendário agrícola;
- realização de concursos públicos para professores e funcionários;
- capacitação e atualização dos professores;
- realização de eleições diretas para escolha do diretor com a participação de estudantes, professores e funcionários;
- criação de conselhos paritários, de deliberação, por escola;
- avaliação das escolas, anualmente, através da realização de seminários que promovam também a troca de experiências.

Fonte: SEEB, DESG. Relatório Preliminar do Encontro **Faz Escola Quem Vive Escola**. Bahia. 05 a 08/01/1988.

²² Além destas diretrizes gerais os professores, diretores, superintendentes e alunos indicaram uma série de medidas e ações emergenciais, como formas de encaminhamento mais imediato das questões levantadas.

Bloco III — Comunidade

Redefinição do Segundo Grau — A Voz da Comunidade

Questão básica:

- reconhecimento da escola comunitária como escola pública.

Diretrizes gerais:

- implantação de escolas do 2º grau no interior do Estado;
- implantação do segundo grau de acordo com a Lei 7.044/82;
- manutenção de escolas de formação clássica, escolas-oficinas e liceus;
- atualização constante dos professores (conscientização);
- inspeção;
- assistência médica e odontológica;
- melhoria dos transportes para regiões do interior;
- realização de concursos públicos do quadro de profissionais do interior;
- reaparelhamento de todas as UEs, criação de bibliotecas e reativação de laboratórios.

Fonte: SEEB, DESG. Relatório Preliminar do Encontro **Faz Escola Quem Vive Escola**. Bahia. 05 a 08/01/1988.

A voz dos trabalhadores

Nesta parte, passamos a apresentara posição dos trabalhadores que participaram do debate: "Que Ensino de 2º Grau Interessa aos Trabalhadores?" Participaram desse debate representantes da Associação dos Professores Licenciados da Bahia, da Federação dos Trabalhadores da Agricultura, Federação dos Trabalhadores das Indústrias da Bahia, do Sindicato dos Trabalhadores de Telecomunicações, do Sindicato dos Bancários, da CUT Regional, do PT Regional²³. Nas manifestações ocorridas, identificamos as ba-

Esta mesa-redonda foi um dos momentos do Encontro Estadual do Programa FAZ ESCOLA QUEM VIVE ESCOLA. Bahia. 05 a 08/01/88.

ses e as diretrizes de uma educação para a mudança e para a transformação da sociedade.

Bloco IV — Trabalhadores

Entidade	Redefinição do Segundo Grau - A Voz dos Trabalhadores
APLB	<p><i>Questões básicas:</i></p> <ul style="list-style-type: none">• a luta dos trabalhadores é no sentido de obter hegemonia de classe, poder na sociedade, e implantar uma sociedade justa, de homens iguais. Por isso, não podemos, de forma alguma, fugir da questão dos interesses de classe e nos perdermos na discussão de redefinição dos currículos de segundo grau;• a educação que interessa à classe trabalhadora é uma educação não dicotomizada ... uma educação que leve a dominar o processo de produção, a teoria e também desenvolver uma prática, porque teoria e prática são coisas vinculadas;• ao trabalhador interessa aprender tudo, para ter a visão de totalidade, para não se deixar alienar, para entender que o capital é explorador do trabalho e que o trabalho tem que ser valorizado. <p><i>Diretrizes gerais:</i></p> <ul style="list-style-type: none">• garantia de recursos para o financiamento da educação;• ampliação das oportunidades educacionais garantindo escola para todos;• ampliação das oportunidades educacionais a nível do 2º grau;

	<ul style="list-style-type: none"> defesa da escola unitária, aquela em que todos terão condições de ter acesso ao saber técnico, científico, universal; defesa do desenvolvimento de uma pedagogia da indignação, do confronto, da luta, da agitação, (inclusive, buscando agitar o debate da educação). 		<p>ativamente do processo de efetivação tecnológica, não como participante periférico, mas como controlador do desempenho da tecnologia;</p> <ul style="list-style-type: none"> a escola que interessa à classe trabalhadora não é esta escola da nova república ... vai ser necessário acontecer uma reviravolta, uma revolução na educação, uma revolução das metodologias de ensino, uma revolução na intervenção de cada professor, de cada aluno, da sociedade.. .
FETAG	<p><i>Questão básica:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> democratização do ensino. <p><i>Diretrizes gerais:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> garantia de uma escola onde o aluno aprenda o que precisa. O ensino deve estar voltado para a realidade e deve-se discutir na escola os problemas que afetam o povo, a economia do Brasil, da Bahia, os problemas da agricultura e da lavoura, a questão agrária, a educação sindical, os direitos trabalhistas e outros. 		<p><i>Diretrizes gerais:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> ensino de segundo grau como uma forte educação básica; envolvimento da comunidade escolar, professores, alunos, funcionários - no objetivo final da escola, para que seja possível destruir o processo que foi implantado e construir um novo processo.
Federação dos Trabalhadores da Indústria da Bahia	<p><i>Questão básica:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> dominar o ignorante é muito mais fácil do que dominar um homem letrado. Ao trabalhador todo ensino é útil. <p><i>Diretrizes gerais:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> garantia de ensino gratuito para o povo; oferta de ensino de segundo grau técnico. 	Sindicato dos Bancários	<p><i>Questão básica:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> transformação geral da sociedade e da educação para atender às necessidades do povo²⁴. <p><i>Diretrizes gerais:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> ensino voltado para as necessidades e expectativas dos trabalhadores; planejamento das necessidades reais e de-
Sindicato das Telecomunicações	<p><i>Questões básicas:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> encontraremos o papel fundamental da educação e da escola conscientizando o trabalhador da necessidade de participar 		<p>A questão da transformação da educação é bastante grave e está intimamente ligada à problemática geral do país, por exemplo, a dívida externa. Pagamos mais de 1 bilhão de dólares por mês. Só os juros dessa dívida dariam para abrir 1 vaga nas escolas a cada segundo". Sindicato dos Bancários.</p>

		<p>finição de uma política de educação voltada para o desenvolvimento do país, na ótica da luta dos trabalhadores.</p>	
CUT	Regional	<p><i>Questões básicas:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • para os trabalhadores é fundamental entender a ligação intrínseca que existe entre saber e poder; • a educação que interessa ao trabalhador é a que lhe permita se libertar, enxergar realidade, exercer uma prática sobre ela, refletir e formular uma ação transformadora; • o ensino que serve ao trabalhador é aquele que deve levar em conta a nossa realidade e ter em conta o ensino universal. <p><i>Diretrizes gerais:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • democratização do ensino; • ensino de 2º grau que permita a crítica, que acompanhe a conjuntura política, que participe da vida, que discuta a industrialização e a agricultura; • ensino agrícola vinculado à prática do setor, à vida dos trabalhadores e ao calendário agrícola. 	<p><i>Diretrizes gerais:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • retorno à sala de aula dos professores engajados; • abertura de concursos públicos para o 1º e 2º graus com o objetivo de alfabetizar o exército de analfabetos e garantir emprego aos professores formados (esta luta deve ser organizada através dos sindicatos e associações de trabalhadores); • elaboração de um programa de educação de segundo grau voltada para o socialismo; • construção de um programa de educação na ótica petista, de uma educação militante, que leva o trabalhador a participar da vida e das decisões da escola (esta é a práxis, esta é a revolução que se tem que fazer na educação de 2º grau).
			<p>Fonte: Fitas gravadas da mesa-redonda: Que Ensino de segundo grau Interessa aos Trabalhadores? Encontro Estadual do Programa Faz Escola Quem Vive Escola.</p> <p>Na colocação dos problemas, na exposição do caminho para a redefinição e para a mudança foi possível captar as reivindicações que todos esperam sejam garantidas no novo projeto de diretrizes e bases, especificamente no que se refere ao ensino de segundo grau.</p> <p>O ensino de segundo grau: elementos de luta</p> <p>Levantamos, a seguir, algumas diretrizes ou elementos de luta que gostaríamos de ver assegurados na nova lei.</p> <p>A definição desses elementos emergiu de nossa reflexão acerca dos problemas apontados e das propostas sugeridas ao processo de redefinição do ensino de segundo grau, e representa nosso entendimento em relação à função social deste grau de ensino.</p>
PT	Regional	<p><i>Questão básica:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • a educação segundo a ótica da classe dominante e do capitalismo não interessa às classes trabalhadoras... para reverter esta ordem vai ser necessário um esforço de todos os movimentos progressistas no sentido de fazer uma educação libertária, fraterna, igualitária, dirigida a todos os trabalhadores da Bahia e do Brasil. 	

Garantia de Vagas para Todos que Procuram a Escola Pública e Gratuita do Segundo Grau.

Sabemos que a lutada classe trabalhadora pelo acesso à escola e pela continuidade da escolarização, em níveis mais altos, representa um ponto de tensão nas relações de classe na sociedade capitalista. Com isto, estamos querendo dizer que essa garantia depende, dentre outros fatores, da força do movimento dos trabalhadores no sentido de pressionar o poder público por mais vagas, por um ensino de qualidade, por mais verbas para o ensino público, pela destinação das verbas públicas apenas para as escolas públicas.

Construção da Identidade do Ensino de Segundo Grau

A concretização deste elemento de luta passa pela organização desse nível de ensino que deve buscar uma articulação entre saber e processo produtivo, entre ciência e produção, desenvolvendo uma visão de totalidade associada a uma competência específica. Tudo isto na perspectiva de formação do homem integral, capaz do exercício da reflexão, com visão crítica da realidade e consciência política orientada para a transformação²⁵.

Superação da Fragmentação do Ensino de Segundo Grau

Com isto, estamos colocando em discussão a especialização que as habilitações deste nível de ensino representam (Parecer45/72). É preciso abolir, nas instituições escolares de segundo grau, a formação orientada para as tarefas, as ocupações, o emprego específico nos setores de produção. Instituições como o SENAI, o SENAC e a própria empresa desenvolvem programas específicos de formação profissional e contam com recursos financeiros, inclusive incentivos fiscais para este fim.

A superação da fragmentação deve ser buscada com uma formação básica comum a ser garantida pelo estudo da Língua Portu-

Ver FRIGOTTO, Gaudêncio. A produtividade da escola improdutiva. São Paulo, Cortez, Autores Associados, 1 984.

guesa, da Filosofia, das Ciências Sociais e Naturais, da Matemática, das Artes e pela prática da Educação Física.

Em continuidade ou concomitantemente à formação básica de 03 anos, poderá ser permitida a formação para o magistério (pré-escola e 1º grau - 1ª a 4ª série), como também, a formação técnico-profissional em amplas áreas de especialidade.

Modificação Ampla da Estrutura e do Desenvolvimento Curricular, na Perspectiva da Educação para a Transformação

Esta modificação curricular deve abranger a definição de disciplinas e de conteúdos programáticos, a proposição de critérios para seleção de materiais de ensino e de livros didáticos, a mudança dos métodos de ensino e das formas de avaliação, além de proposições quanto à duração e à carga horária mínima deste grau de ensino. Aqui, coloca-se em discussão a extinção/transformação do CFE e dos CEEs.

Melhoria da Qualidade de Ensino e da Competência do Professor em Escolas Públicas e Gratuitas do Segundo Grau

Esta melhoria passa sobretudo pelo compromisso dos professores e dirigentes com a educação dos trabalhadores e envolve várias questões, dentre as quais podemos citar: a definição de um ano letivo de pelo menos 200 dias e 1.000 horas de atividades escolares efetivas; a presença do professor na sala de aula, sua assiduidade; a garantia de utilização de parte da carga horária jornada de trabalho dos professores em atividades de estudo, planejamento, preparação e correção de trabalhos e provas; a implantação de bibliotecas e laboratórios; a disponibilidade de material didático e de consumo indispensáveis à realização das atividades docentes e ao funcionamento da escola; a abertura da escola de segundo grau aos movimentos organizados da sociedade civil, como: sindicatos, associações de trabalhadores, associações comunitárias e outras; garantia aos professores de participação em programas de atualização, através de cursos, participação em encontros e seminários; definição de programas de habilitação dos professores leigos, através de cursos de complementação pedagógi-

ca ou cursos de graduação - licenciatura plena; exigência de habilitação mínima para ingresso no magistério de 2º grau - curso superior de graduação, em licenciatura plena ou outros cursos superiores com complementação pedagógica; implantação de um programa de avaliação do sistema escolar público, incluindo avaliação dos docentes; obrigatoriedade de realização de concursos públicos para ingresso na carreira de magistério em todos os níveis; melhoria salarial.

Gestão Democrática das Escolas de Segundo Grau

A gestão democrática passa pela constituição, nas escolas de 2º grau, de conselhos paritários com atribuições de planejamento e avaliação dos planos globais da instituição, além de outras funções de caráter normativo e deliberativo. Outra questão diz respeito às eleições diretas para escolha dos dirigentes com a participação de professores, alunos e funcionários.

Assistência ao Estudante de Segundo Grau como Forma de Garantia de Permanência na Escola Pública e Gratuita

A permanência na escola, muitas vezes, pode ser interrompida por vários motivos. Assim, para assegurar a continuidade dos estudos é importante lutar pela criação de um órgão de apoio ao estudante, cujas ações devem estar relacionadas com a aquisição de bolsas de

estudo que possam cobrir as despesas com moradia, alimentação e transporte, principalmente, daqueles estudantes que residem em localidades onde inexistem escolas de segundo grau. Além destas questões, é preciso considerar o custo dos livros e materiais didáticos e dos uniformes escolares. É preciso, também, assegurar assistência médica e odontológica. Todas estas ações buscam diminuir o custo - oportunidade para os estudantes integrantes de famílias de baixa renda.

Garantia de Recursos Financeiros que Assegurem a Expansão e a Manutenção do Ensino de Qualidade em Escolas Públicas de Segundo Grau

Este é o elemento básico de luta, considerando que o ensino de segundo grau não é um nível obrigatório de escolaridade, não contando, desta forma, com fonte de recurso específica como é o caso do primeiro grau. É preciso assegurar novas formas de financiamento para tornar viável este grau de ensino. A luta deve ser conduzida para assegurar mais verbas para o ensino público e destinação das verbas públicas, exclusivamente, para o ensino público.

Por fim, vale dizer que não buscamos esgotar a questão, mas provocar o debate sobre estes elementos de luta, que passam a constituir uma pauta de reivindicações.